
**RESIGNIFICANDO CONFESSINALIDADES, SACRALIZANDO
LAICIDADES: DUAS INSTITUIÇÕES CATÓLICAS NA PARAHYBA DO
NORTE DA TRANSIÇÃO (1889-1930)**

Ramsés Nunes e Silva¹
PPGE/UFPB
ramsesnunes@gmail.com
Tatiana Medeiros Santos²
CE/UFPB
taty_ms11@hotmail.com

Introdução

A dimensão tomada pelas pesquisas que se lançam sobre os fenômenos sócio-culturais, aqueles que acabam se manifestando junto às instituições escolares católicas, desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, é indicativa de que existe uma lacuna a ser inquirida quanto à profundidade e receptividade dos mesmos como demarcadores de “novas condições” para o ensino-aprendizagem no âmbito confessional católico.

É assim com a série de condições que se produzem junto ao avanço da secularização em termos de *capital cultural* (BOURDIEU, 1996) na Europa e no Brasil (CAMBI, 1999). Aspecto que imprime um ritmo de transformações de cunho burguês que em maior ou menor número desacralizariam parte das estruturas de ensino dispostas pelo Estado, e reconduzem os discursos no âmbito intelectual a uma série de demandas: educação para ambos os sexos, obrigatória, de ofícios, laica, daí rivalizando diretamente com as instituições de ensino católicas.

Afinal, uma parte considerável das disposições contidas nas encíclicas papais, a partir da segunda metade do Oitocentos. (MENOZZI, 1999), (MARTINA, 1996), entre elas o *Syllabus* (1864), já concebia que haveria de se lidar com os postulados secularistas, entre eles a laicização instrucional nos moldes da pedagogia que se instrumentalizaria *laica*. Esta última, como um mal a ser combatido com as mais diversas armas. No Brasil, entre elas, o critério de facultatividade do ensino religioso, e

¹ Atualmente é pesquisador/colaborador do CEIS 20 (Centro de Pesquisas Interdisciplinares do Século XX), vinculado a Universidade de Coimbra/Portugal, Bolsista CAPES 137810-4 e doutorando em História da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba.

² Mestre em educação (Linha de pesquisa: História da Educação). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil - GT/PB e professora do curso de Pedagogia.

que a mesma pudesse ser elaborada junto às constituições republicanas visando aplinar a retirada da influência católica de liceus e colégios públicos.

De acordo com Cury (1999) a Constituição Republicana brasileira de 1891, o ensino público foi laicizado, embora, parte da estrutura docente em províncias como as da Parahyba do Norte, por exemplo, fosse ocupada por clérigos, nesse cenário, configurou-se um caráter contraditório em termos de dicotomia entre os interesses da Igreja Católica e o dos gestores públicos. Outrossim, é perceptível que a “resistência” ao formato republicano/laicista se dê de forma incisiva a partir de determinadas condições.

Entre elas a que se dá com a conjuntura de validação dos poderes locais das dioceses. Algumas delas, como as da Parahyba do Norte (Fundada em 1894), fruto direto dos anseios de Pio XIII por assegurar espaço para a educação confessional, se sobressaem por possuírem entre seus clérigos subordinados o *ethos* romanizado que se fortificava dentro de um aparato doutrinário tridentino (KULESZA, 1999), (MENOZZI, 1999).

Assim se constituem na esteira das Lideranças católicas ultramontanas ³, como o Bispo da Parahyba Norte, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques e suas Cartas Pastorais ⁴, a solidificação de uma “moral católica” respeitosa em relação a civismo republicano, mas ao mesmo tempo ciosa quanto ao que chamava de “indiferentismo religioso”, que incluía a educação sem um *lastro confessional* proposto pela laicidade republicana para os espaços públicos. Aspecto marcante, do debate projetado nos periódicos do período, imediatamente posterior a fundação da Arquidiocese paraibana.

Para tanto, este artigo lança um olhar específico sobre as instrumentalidades católicas para a juventude paraibana a ser educada entre os anos de 1894 e 1930 que se manifestam a partir da fundação de duas das principais escolas católicas nos primeiros anos de funcionamento da nova Arquidiocese da Parahyba do Norte. Escolas que teriam

³ O Ultramontanismo foi um movimento intelectual católico de suma importância dentro dos preceitos de resistência as transformações burguesas e de cunho laicizantes. De início limitado ao espaço europeu, e aos círculos católicos mais ortodoxos, frente à secularização de costumes, se transferiu junto com uma parte dos clérigos formados nos seminários de teologia da Sé romana para a América do Sul na última década do século XIX. Representou o fomento a negação de princípios liberais postulados pela intelectualidade cientificista que influenciaria a pedagogia.

⁴ Cartas Pastorais publicadas ao longo de seu governo eclesiástico numa série de opúsculos doutrinários veementes contra todas as transformações advindas da secularização cultural de costumes implantados em parte pela cultura burguesa e pela instrumentalidade republicana.

entre suas prerrogativas a relação de rivalidade ou adaptabilidade com a demanda laicista de instrução postulada pelo Estado.

O Colégio Diocesano, como um exemplo dos primeiros atos administrativos e manifestação direta de ordem expedida pelo Bispo Dom Aduino, para formação de meninos católicos, assim como o Colégio Nossa Senhora das Neves sob a administração das religiosas da Congregação Damas do Coração Eucarístico, para a instrução feminina, se constituem para este artigo em objeto de análise exatamente por representarem duas pontas de lança na trama católica proponente de uma educação confessional, destinado aos jovens da Paraíba.

Educação esta que passou a ser divulgada na Parahyba do Norte, em periódicos como *A Imprensa*, órgão oficial da imprensa católica diocesana, como sendo a solução ideal para um projeto de vida condicionado para um (a) jovem que se deixasse isolar das ameaças de um mundo, segundo os discursos eclesiais, de inúmeros perigos. Entre eles o da educação laicizada.

COLÉGIO DIOCESANO (1894-1910): nascedouro ultramontano na contramão laicista?

A condição do Colégio Diocesano foi de administrativamente funcionar, a partir da sua fundação a quatro de março de 1894⁵, em comum acordo com o Seminário Menor, que era uma seção do Seminário Diocesano fundado por Dom Aduino, por ocasião do início dos trabalhos da nova Arquidiocese da Parahyba do Norte (KULESZA, 1999). Realmente, segundo Moraes (2003), se confundiam os espaços formativos, haja vista que funcionavam num mesmo prédio: o Colégio Diocesano e o Seminário, respectivamente.

Em abril de 1894, foram estabelecidas aulas regulares num espaço eminentemente eclesial, por 16 anos, sob administração direta de Dom Aduino, neste caso o Convento de Santo Antônio e Igreja de São Francisco. Segundo Veloso (2006), desse espaço de instrução/doutrinação foi transferida em 1906 - novamente - a sede do colégio para o prédio da antiga Residência Episcopal.

⁵ Segundo Veloso (2006) teria funcionado inicialmente na Propriedade do Barão do Abiahy, localizada na Rua das Trincheiras, na capital da Paraíba.



Figura 1: Colégio Diocesano, Antiga Residência Episcopal.
Fonte: *A Imprensa*, 1914.

É interessante frisar, que em nenhum momento, nos anos iniciais do funcionamento do Colégio Diocesano, a estrutura escolar deixou de ser diretamente vinculada a administração do clero local, e

mais especificamente ao Arcebispo.

No antigo prédio, destinado a moradia do Arcebispo da Parahyba do Norte estaria funcionando instalações apropriadas ao desenvolvimento de idéias daquele intelectual. Destinadas, entre outras coisas, deve-se lembrar, a fundamentação das elites locais num credo romanizado de catolicismo (FERREIRA, 1994). Aliás, também é observável, que as elites paraibanas dispostas pelo latifúndio, e pela estrutura oligárquica (GURJÃO, 1999), veriam no Colégio Diocesano um nascedouro de certa intelectualidade disposta a defendê-los.

É nesse modelo institucional educativo que se constitui a formação inicial dos filhos de fazendeiros prósperos, enriquecidos com o a produção do algodão e mesmo da Cana de Açúcar em declínio, e que se destinavam, em seguida, à Faculdade de Direito de Olinda, de onde retornam bacharéis.

Destarte, toda uma geração de clérigos formados no seminário paraibano passaria a atuar junto ao Colégio Diocesano, no qual, desenvolviam suas atividades como lentes fundamentadas pelo lastro cultural-intelectual ultramontano, o que não significava que as práticas, disciplinas e métodos de instrução não tentassem se adequar minimamente às demandas modernizantes e as normatividades impostas pela República.

Todo um aparato de significados vai ser dado pelos intelectuais locais a manifestações sociais que são lidas pelos padres lentes, formados por Dom Adauto de Miranda Henriques, como fatores que assegurariam a manutenção do *ethos* católico

Foi de maneira contundente que se lançaram jornais como *A Imprensa* a divulgarem os colégios católicos da cidade da Parahyba como detentores de condições materiais para lidarem com as demandas pedagógicas do período que atendiam a condições discursivas ligadas as áreas da medicina, por exemplo.

Não seria de se estranhar que toda a preocupação das chamadas promocionais também perpassava o enquadramento do colégio às condições de um aparato e fenômeno sócio cultural determinante na Primeira República: o chamado higienismo.

Principalmente, quando era vigente como norteamento de uma política, via Estado, de enquadramento dos colégios públicos e privados, uma seara de preocupações que se disseminavam entre os gestores públicos para aplacar os surtos patológicos infantis considerados desabonadores do projeto de modernização e adequação dos colégios a normas sanitárias. Normas essas que vigoravam, via intelectualidade mundialmente. Na Parahyba do Norte não seria diferente.

Em 1906, nessa instituição educativa, é possível acompanhar o esforço em que os gestores clericais do Colégio Diocesano realizavam para estarem aptos a cada avaliação realizada pelos inspetores com o objetivo de se obter a edificação definitiva do Colégio Diocesano ao Pedro II. Esse esforço mobilizava tanto a administração dos cléricos ligados a dioceses na condição de padres quanto sob administração dos irmãos maristas. No livro manuscrito de Inspeção de 1906, é nítida a preocupação institucional em realizar cópias dos pareceres dos funcionários do governo que visitavam as dependências do colégio. Em cópia de *parecer* vê-se registrado:

Tendo assumido hoje o exercício das funções de delegado fiscal do governo, visitei pela primeira vez o Colégio Diocesano. A matricula e superior aos 60 alumnos. Produziram-me boa impressão a ordem e o regular funcionamento das aulas. (LIVRO DE INSPEÇÃO, Parahyba do Norte, 1906, p.1).

Um dos sentidos e representações dados aos discursos emitidos sobre a condição do Colégio Diocesano junto à sociedade paraibana era que apenas em um colégio católico estariam as crianças protegidas de forma permanente. De toda a forma, havia a promessa que um colégio que fosse católico conseguiria se enquadrar a plataforma de demandas que os governos republicanos elaboravam. Aspecto que nem sempre se manifestava nos grupos escolares do próprio governo.

A apresentação do Colégio obedecia sempre a um enquadramento de suas atividades instrucionais dentro de critérios específicos da normatividade elencada pelo *Ginnasio Nacional* e as que se constituíam discursivamente como “modernas”.

Essas normas consideradas “modernas” se estendiam desde a prática voltada para a educação cívica, a prática da ginástica nos espaços internos do colégio, e até mesmo à

difusão de uma literatura não confessional, e mesmo mundana, naquelas dependências, via *Arcádia literária*. Este último, um clube literário produzido por alunos internos do Colégio Diocesano para lançar impressões sobre a sociedade.

Havia o ordenamento do Colégio como articulador de uma instrução regulada pelo modelo republicano, e por suas normatividades, a regra era a publicização do Colégio como *legalista*. Tanto nas páginas da Imprensa católica (na publicação dos atos cívicos, por exemplo) quanto na regulação interna da administração da instituição produziu-se um *corpus* informativo que visava tanto *apresentar* o Colégio Diocesano como “apto” a receber o formato secular da educação contemporânea dentro de uma *leitura católica* cimentada pela Sé Romana.

Nos anos 1920, o colégio diocesano, sob fiscalização do Departamento Geral do Ensino, é reestruturado para cumprir regras restritas, dispostas pelo Estado para escolas “particulares”⁶. Em ata de novembro de 1928:

Aos dois dias do mez de novembro de mil novecentos e vinte e nove, no Colegio Diocesano Pio X, presente o inspector federal junto ao mesmo estabelecimento, Dr. José Gomes Coelho e a Comissão examinadora composta dos Irs.: (...) satisfeitas todas as formalidades exigidas pelas instrucções expedidas pelo Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino (ATA DE EXAMES, 1929, Cidade da Parahyba)

É importante destacar que a instituição estava sob administração dos irmãos maristas desde 1927. Evidentemente, a partir de um aparato cristocêntrico que não abria mão de certa ortodoxia, contraditoriamente se constituíam ações de divulgação do colégio como um espaço de adequação às necessidades pedagógicas de certa modernização que produzia atividades instrucionais mundanizadas, no sentido de não professarem aparentemente o dogmatismo, ou não os que eram prioritários para a Igreja: os da República.

Principalmente aquelas associadas a inúmeras características que preferimos identificar como adaptativas em relação às demandas instrucionais que vão sendo constituídas ao longo das três primeiras décadas da República. Entre elas, algumas

⁶ Embora de iniciativa particular, sabe-se devido a documentação arquivada no Arquivo Público do Estado da Paraíba, que inúmeras escolas permaneceram condicionadas pela laicidade do Estado, brasileiro a aceitar subvenções para atividades de instrução. Muitas delas eram atreladas aos interesses de suas respectivas Arquidioceses.

influenciadas pelo apartamento entre confessionalidades e secularidades propostas pela República para o ensino. O Tiro de Guerra da qual participava os alunos do Colégio Diocesano foi representativo de uma dessas condições externas à confessionalidade. Em seu núcleo estava o culto aos símbolos da República. Nele alunos vestidos com as cores e fitas do exército cantavam os hinos laicos da pátria.

Em anúncio de *A Imprensa* de setembro de 1920 é contundente o chamado ao civismo:

E hoje cantarão hinos a pátria e ao pavilhão cívico os alunos do iluminado diocesano em honra a pátria. A instrução física nas cousas deste mundo terão lugar no pátio do mosteiro de São Francisco. Em seguida rezarão junto a sua excelência Bispo. (A IMPRENSA, 7 Set, 1920)

De sua fundação até meados dos anos trinta é diária a divulgação do colégio nas páginas de *A Imprensa* postulando tanto a inserção daquele espaço instrucional como um lugar de conservação da tradição como adesão ao civilismo, de culto aos símbolos republicanos: do exército a bandeira nacional. No outro colégio destinado a ser regulado pela arquidiocese, o Colégio das Neves, parece ter havido fenômeno semelhante.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES (1895-2002): educação confessional feminina⁷:

Distinguir a “linha de frente”, estipulada por Dom Adauto de Miranda Henriques, na configuração da institucionalização do Colégio Nossa Senhora das Neves (como versão propriamente elaborada para funcionar dentro dos mesmos preceitos do Diocesano). O arcebispo, consciente que na instrução feminina, não seria cabível ser administrada por homens confia essa função as religiosas da Congregação Damas do Coração Eucarístico e, que faz perceber o quão é representativa a proposta católica da educação feminina para a modernidade/laicização sob os cuidados da igreja católica: frente ampla contra a secularização instrucional na Parahyba do Norte.

Para tanto, trazer à tona a história do Colégio Nossa Senhora das Neves, trata-se particularmente, de revisitar uma parcela da história da tradição educacional

⁷ As referidas informações encontram-se substancialmente na dissertação: SANTOS, Tatiana de Medeiros. *Magistério em declínio: histórias e memórias de ex-alunas da última turma do magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves (1970)*. Dissertação de Mestrado. PPGE/UFPB, 2009.

confessional destinada ao sexo feminino na Paraíba. Vale salientar que não será intenção desse artigo dar conta da totalidade do contexto histórico da institucionalização de um colégio destinado inicialmente a educação de meninas.

Fundado em 14 de março de 1895, por iniciativa de D. Aduato Aurélio de Miranda Henriques, e dentro dos mesmos preceitos de tomada de espaço junto à instrução laica, como o Colégio Diocesano, foi determinada a direção administrativa para as religiosas da Congregação Damas do Coração Eucarístico. Ficou conhecido por não receber apenas alunas da Paraíba, mas do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Como é destacado nos anúncios do jornal: *A Imprensa*, nos primeiros anos de funcionamento da instituição. Aliás, funcionaria o “Colégio das Neves”, como ficou conhecido, em prédio próprio desde o seu nascedouro.

Conforme dados encontrados no *Processo de Equiparação do Colégio Nossa Senhora das Neves ao Pedro II* (Nº906)⁸, em registro do respectivo documento, indica-se que esse edifício estava todo reformado, constituindo-se de um vasto estabelecimento em boas condições, tendo a sua à frente a Praça Dom Ulrico, à direita, a ladeira da Borborema; à esquerda e na parte posterior, o vasto terreno pertencente ao colégio. Também há dados que em 1897, foi inaugurada neste local a capela do colégio.

Na dinâmica de seu funcionamento, dadas às características de internato e externato, o colégio estaria sob a influência direta do Arcebispo Metropolitano assim como já o fizera com o Colégio Diocesano, e da ação das Missionárias Damas do Coração Eucarístico, seguindo evidentemente ordens restritas da Sé Romana.

Nesse aspecto é pertinente observar a análise que faz Kulesza (2006, p.97), ao afirmar ser mesmo Dom Aduato o responsável direto pela institucionalização desse colégio, destinado ao sexo feminino. “[...] nunca poderia ser levado à frente pelos padres da diocese. [...] Assim, foi entregue inicialmente as Damas do Coração Eucarístico, passando sua direção em 1906, para as Religiosas da Sagrada Família”.

Conforme esse autor, em meio à crise que o colégio enfrentava Dom Aduato, por esta razão primordial, preocupado com o futuro desta instituição, negocia a vinda das irmãs da Casa da Sagrada Família de Camaragibe/PE, com o intuito de assumir a direção institucional da escola e fazer frente às reformas que atingiam a escola pública.

⁸ O respectivo Processo de Equiparação ao Collegio Pedro II no caso específico do Colégio Nossa Senhora da Neves é de suma importância para uma futura análise do processo de desenvolvimento das adaptações projetadas pela Igreja Católica para as demandas denominadas “modernizantes” da escola.

A crise administrativa que esse colégio feminino católico enfrentava se apresentou em curso nos anos iniciais do século XX, particularmente, com a falta de pessoal e meios suficientes para dar continuidade aos fins educacionais, colocando em risco a funcionalidade do ideário ultramontano que inaugurava Dom Adauto frente à escola laica.

As estratégias postas em prática por aquele intelectual e seus percursos de implantação perpassam certos preceitos. Meandros de uma teia de condicionamentos e leituras da modernidade feitas *pelo e para* o catolicismo praticante. Entre elas a melhor forma de ajustar a estrutura laica republicana às condições doutrinárias católicas.

As Irmãs da Sagrada Família, diga-se, podem ser enquadradas junto às demais ordens religiosas que se instalam na Parahyba do Norte ⁹ e que seguiam os ditames postulados tanto pelas encíclicas papais, assim como demais *cartas pastorais* destinadas a “lerem” de forma combativa fenômenos aproximados: 1) o “indiferentismo”; e 2) a “laicidade escolar” que dizia Dom Adauto serem apropriadamente “estancados” ou “apropriados” pelo reconhecimento da sociedade paraibana dos benefícios de uma educação que chamava de “integral”.

Educação que não impediria a modernização pedagógica, mas sim aquela que negava o caráter cristocêntrico “necessário a formação da mocidade” (HENRIQUES, 1894).



Figura 1: Alunas do Colégio Nossa Senhora das Neves **Fonte:** Era Nova, 1922

Educação esta disposta para o ensino feminino dentro dos ditames de uma “preparação feminina” para as demandas instrucionais marcadamente modernas. Fosse a feminização do magistério ou a preparação para certos ofícios antes impeditivos no que diz respeito

à participação feminina.

⁹ Entre elas as Irmãs Dorotéias, Irmãs Franciscanas dos Pés Descalços, Damas da Instrução Cristã, Irmãs de Nossa Senhora de Lourdes, entre outras.

Não foi à toa o uso que fizeram as irmãs do Sagrado Coração, da materialização de um repertório de instrumentalidades propícias a combatividade ultramontana junto à escola e ao curriculum laicista. De certa forma como o Diocesano, o Colégio da Neves também se tornou espaço de distinção dentro das demandas dispostas pela pedagogia de meados dos anos 1920.

Nesta década, também houve a abertura das classes do São Vicente de Paula (escola para crianças carentes, anexo ao Colégio Nossa Senhora das Neves), tendo 50 alunas presentes no primeiro dia de aula. Destacam-se daí também as dinâmicas assistencialistas/higienistas, corroborando determinadas condições quanto à relação entre Estado e uma instituição confessional. Inclusive, diga-se a subvenção. Outrossim, embora confessional, e apesar de a escola ter sido uma instituição particular, recebeu auxílio do Estado para passar a contribuir com o ensino gratuito para crianças pobres.

As Religiosas da Sagrada Família assumiram a direção do Colégio Nossa Senhora das Neves por 86 anos, consolidando assim, a aquela escola religiosa na sociedade paraibana, destinada a educação de meninas. Manteriam aquelas religiosas as prerrogativas determinadas pelo Arcebispo Dom Adauto (durante sua administração) em suas prédicas tanto em nível de Cartas Encíclicas quanto nas visitas pastorais que realizava no colégio.

De acordo com Ribeiro (1976), em 1924, o colégio formou a sua primeira turma de alunas do curso normal. Em 1931, comemorou 25 anos de atividades, sob a direção da Sagrada Família, e a equiparação à Escola Normal e consolidou o Curso Comercial.

Aliás, é dessa condição de fomentadora da formação de professoras sob o novo escrutínio crítico de uma *Escola Nova* laicista, que seguirá ordenando-se no interior da mesma, certas necessidades que tinha: a) a Igreja de prever/recomendar a postura da mulher católica; e b) as necessidades de ocupação da mulher de seus respectivos espaços no mercado de trabalho;

Após a sua consolidação na sociedade paraibana, o colégio passa por diversos enfretamentos, inspeções e crises institucionais. Na década de 1970, com a justificativa da falta de matrículas para dar continuidade ao curso, foram encerradas no colégio as atividades do curso pedagógico.

A escola em debate realizou diversas mudanças com a intencionalidade de acompanhar as diversas mudanças no âmbito escolar que a sociedade exigia naquele

momento, mas não foram suficientes para a manutenção dessa escola no ensino da Paraíba e o colégio fechou definitivamente suas portas no final de 2002. Atualmente nesse edifício escolar funciona em sua estrutura a Faculdade de Ciências Médicas.

Considerações finais

O estudo sistemático das condições às quais se submetem muitos colégios confessionais às demandas que são fomentadas pelo Estado, entre elas as de matriz não-confessionais, são marcantes na esteira de particularidades que não são de todo monopólio da Igreja, como o eram no Império.

Ora, toda uma sociedade em ritmo de mudança, entretanto, não se dicotomiza dos preceitos ajustados ao *ethos* tradicional. Resta à pesquisa e aos interessados na escola católica também como espaços de mudança se lançar sobre *o que* e em *quais* condições são hibridizados pelos discursos os significados da laicidade.

De outra forma, a que propostas e representações são susceptíveis as escolas católicas frente o aparato normatizador do Estado republicano? Entre eles o secular/laico?

E de que forma conseguem essas instituições, afirmarem-se perante uma sociedade cada vez mais estranha ao capital simbólico demarcado apenas, e tão só, pelo latifúndio e suas necessidades, frente a uma sociedade que em maior ou menor forma se urbanizava?

O Colégio Diocesano e Nossa Senhora das Neves ainda são espaços de estudo lacunares pelo que representam: instituições que vivenciarão boa parte dos processos de transformação/reforma da instrução particular no Brasil, e mais especificamente no estado da Paraíba do Norte. Aspectos em si históricos, e que merecem ser aprofundados. Resta uma série de condições específicas lançadas sobre a existência das duas instituições como verdadeiros sorvedouros de modelos instrucionais, mas, ao mesmo tempo, afirmadores de uma marcante capacidade de manutenção de seus projetos de educação.

Referencias:

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora da EDUSP, 2002.p.123-350.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim, KULESZA, Andrzej Wojciech, Os Seminários como locais de formação docente, In: *A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade* (Orgs.), João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

CURY, Calos Roberto Jamil. *Cidadania republicana e educação*. Governo provisório do mal. Deodoro e Congresso constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A,2001,p.35-232.

FERREIRA, Lúcia Guerra. *Igreja e Romanização: Implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910)*. 1994. Tese de Doutorado em História – USP, 1994

GURJÃO, Eliete. *Morte e vida das oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária, 1989. p. 21-50.

KULESZA, Wojciech Andrzej. “Igreja e educação na Primeira República”. In: MACHADO, Charliton José dos Santos & SCOCUGLIA, Afonso Celso (Orgs.) *Pesquisa e historiografia da educação brasileira*. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Os Seminários como locais de formação Docente, In: CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim, KULESZA, Wojciech Andrzej (Orgs.), *A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade*, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. A Era do Liberalismo. V.III. São Paulo: Loyola, 1996.

MEZZOTI, Daniele. *A Igreja Católica e a Secularização*. São Paulo: Paulinas, 1998. p. 49-60.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1987

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. *Colégio de Nossa Senhora das Neves*. João Pessoa-PB: Gráfica Pessoaense, 1976.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. *Magistério em declínio: histórias e memórias de ex-alunas da última turma do magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves (1970)*. Dissertação de Mestrado. PPGE/UFPB. 2009.

VELÔSO, Ricardo Grisi, *Histórico do Colégio Diocesano*. Arquidiocese da Paraíba, João Pessoa, 2006.

Documentação primária

Cartas Pastorais

HENRIQUES, Dom Adauto de Miranda, *Saudação aos fiéis*. Imprensa Oficial, 1894.

_____ *O sacerdócio e o seminário diocesano*. Imprensa Oficial, 1897

Encíclicas Papais

MASTAI-FERRETTI, Giovanni (Papa Pio) *Syllabus de Errorum*. 1864.

Revistas:

COLÉGIO PIO X. *Comemoração do Cinqüentenário dos Irmãos Maristas no Brasil Setentrional*. 1903-1953. João Pessoa.

EMÍLIA DE RODAT. **A paixão de Deus a serviço dos pobres**. Coleção “Les Origines”, Editions C2L, Paris, France, (Sd).

Jornais

A IMPRENSA, Cidade da Parahyba, Imprensa eclesiástica, 7 Set, 1920

A IMPRENSA, Cidade da Parahyba, Imprensa eclesiástica, 23 Mar, 1920.

Livros Antigos

SEVERIANO, Cônego Francisco. **Anuario ecclesiastico da Parahyba do Norte**. Parahyba do Norte: Torre Eifel, 1919, vol. I e II.

SEVERIANO, F. **A Diocese da Parahyba**. Parahyba do Norte: TYP. Da Imprensa, 1906.

Manuscritos

ATA DE EXAMES, Colégio Diocesano Pio X, Cidade da Parahyba, 1929.

LIVRO DE INSPEÇÃO, Colégio Diocesano Pio X, Cidade da Parahyba, 1906.

Processo de Equiparação do Colégio Nossa Senhora das Neves ao Pedro II, N°906.